

SÓ A MOBILIZAÇÃO E A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA PODE BARRAR OS RETROCESSOS

Quatorze meses depois das primeiras mortes por Covid-19 no Brasil - entre elas, o caso emblemático da mulher que era empregada doméstica numa área nobre do Rio e se contaminou através da patroa, que tinha acabado de voltar de viagem à Europa -, a população é refém de um Governo Federal genocida, que não apenas não tomou as iniciativas cabíveis para controlar a pandemia, como estimulou ações que favorecem a propagação do vírus. A CPI da Covid que está instalada no Senado Federal vem tomando depoimentos para investigar a omissão governamental, bem como - e principalmente - a negligência na compra de vacinas. Para completar o cenário de horror, as sucessivas crises diplomáticas causadas pela família Bolsonaro contra a China vêm dificultando a produção da Coronavac, vacina fabricada pela parceria entre o Instituto Butantan e a farmacêutica chinesa Sinovac, principal imunizante aplicado no Brasil hoje.

No plano local, a opção do governo Ibaneis foi esperar pelo Ministério da Saúde. Dessa forma, a vacinação do povo do DF anda em ritmo lento - até 11 de maio, 532.323 pessoas foram vacinadas com a primeira dose e 284.561 receberam a segunda; respectivamente, 17,44% e 9,32% da população total.

Graças à pressão que a categoria tem exercido, a Secretaria de Educação e o próprio governador Ibaneis Rocha apontam que os educadores e educadoras serão o próximo grupo a ser incluído na campanha de vacinação. Temos dito e repetido que a Educação quer sim voltar ao ensino presencial, e por isso cobra do governo agilidade no processo de vacinação. Não aceitaremos o retorno presencial às escolas sem vacina!

Para fazer valer nossa voz, também é fundamental derrotar o Projeto de Lei (PL) 5595/2020, de autoria da deputada federal Paula

Belmonte (Cidadania-DF). O projeto visa a tornar a Educação um serviço "essencial", impossibilitando a suspensão das atividades presenciais durante a pandemia, por exemplo, e mandando para o adoecimento e risco de morte milhares de profissionais da Educação e estudantes. Em tramitação no Senado, o PL chegou a entrar em pauta, mas foi retirado pelo presidente da casa, Rodrigo Pacheco. Porém, ele pode voltar à agenda a qualquer momento, e é muito importante que a categoria esteja unida para seguir fazendo pressão contra a sua aprovação.

Da mesma forma, é importante estarmos atentos e atentas à apreciação que o Congresso Nacional fará sobre o veto presidencial ao PL 3477/2020, que garante o acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública. O ensino remoto não pode fortalecer desigualdades ou promover exclusão, na mesma medida em que professoras (es) e orientadoras (es) educacionais devem ter asseguradas as condições para realizar adequadamente seu trabalho. É preciso derrubar o veto!

Também está em tramitação no Congresso Nacional a PEC 32/2020, a famigerada Reforma Administrativa do governo Bolsonaro. Trata-se de um ataque contundente a direitos dos servidores e da população, e um anúncio explícito do desmonte do serviço público. A PEC está em apreciação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, e todas as ações junto aos parlamentares ou de mobilização das categorias e da sociedade fazem muita diferença para barrarmos esse profundo retrocesso.

Neste momento em que os defensores da privatização e do desmonte do Estado veem uma oportunidade na proposta de Reforma Administrativa de Bolsonaro, é mais importante do que nunca a reafirmação dos concursos públicos. No DF, precisamos exigir do governo Ibaneis a

nomeação de profissionais do Magistério para as vagas em aberto, e a realização de concurso público o mais breve que a conjuntura permita. Defender as nomeações e os concursos é defender serviço público de qualidade, a escola e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Com nossos direitos sob ataque, num cenário de profunda crise sanitária, econômica e política, a luta pelo pagamento da sexta parcela do reajuste conquistado em 2012 é fundamental. Todos e todas lembramos que o então governador Rodrigo Rollemberg descumpriu a lei ao não pagar a última parcela do reajuste da categoria, o que desencadeou uma greve de 29 dias em 2015. Em resposta à ação movida pelo Sinpro-DF, encaminhamento de assembleia geral, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) decidiu condenar o GDF a pagar o reajuste com seus respectivos valores retroativos. O governo tem até junho para apresentar recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao longo de sua campanha ao Palácio do Buriti, em 2018, o atual governador Ibaneis Rocha comprometeu-se a pagar os reajustes devidos. Chegou a afirmar, inclusive, que um professor não deveria receber menos que um juiz. O Sinpro-DF tem cobrado coerência do governador, que ele não apresente recurso ao STF, mas sim, que pague o que nos é devido. A categoria tem seus salários congelados há seis anos.

As ações virtuais têm tido efeito, e é muito importante que essa mobilização permaneça e se intensifique! Participe da pressão sobre os parlamentares, dos twittaços, das campanhas que o Sinpro-DF tem realizado pelo instagram e facebook! Tendo pela frente tantas e tão fundamentais lutas, que afetam diretamente o nosso cotidiano e o nosso futuro, a categoria deve permanecer forte para impedir os retrocessos que se avizinham e fazer valer nossos direitos como trabalhadores e trabalhadoras.

Portanto, o Sinpro-DF propõe as seguintes ações e o seguinte calendário contra a reforma administrativa, o PL 5595, pela derrubada do veto ao PL 3477, por vacina já, por nomeações e concurso público e pelo cumprimento pelo GDF da decisão do TJ (reajuste)

- > Carta aberta do Sinpro-DF pra dialogar com a população sobre reforma administrativa, para circular nas mídias digitais.
- > Carreatas regionalizadas e geral
- > Carros de som nas cidades
- > Faixaço
- > Continuidade das campanhas que o Sinpro vem encaminhando em torno desses temas, com outdoors, ações nas mídias sociais e outras

AGENDA

- Maio e junho: Eleição de delegados sindicais nas escolas

- Maio e junho: Plenárias por Modalidades

- 20/05 - 16h - Centro Interescolar de Línguas
- 25/05 - 16h - Escola de Educação Profissional e Escola de Música de Brasília
- 27/05 - 16h - Unidade de Internação e Sistema Prisional
- 28/05 - 10h - Orientadores/as Educacionais
- 01/06 - 16h - Escola Parque
- 08/06 - 16h - Centro de Ensino Especial; Conveniadas e Educação Precoce
- 10/06 - 16h - Escola do Campo
- 15/06 - 16h - Centro de Ensino Fundamental
- 17/06 - 16h - Centro de Ensino Médio e Centro Educacional
- 18/06 - 16h - Sede; CREs e Bibliotecas Escolares Comunitárias
- 22/06 - 16h - Escola Classe e CAIC
- 24/06 - 16h - Jardim de Infância e Centro de Educação Infantil
- 25/06 - 16h - EAPE, Oficinas Pedagógicas e Professores Cedidos
- 29/06 - 19h - Delegados/as Sindicais
- 01/07 - 19h - Educação de Jovens e Adultos, PROEM e Meninas e Meninas do Parque
- 02/07 - 16h - Gestores/as

Obs.: Os horários das plenárias podem ser alterados caso haja, na mesma data, outras atividades gerais e de mobilização não previstas.

- 17/05 - 19h - Live Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia

- 18/05 - 16h30 - Coletivo de mulheres Educadoras pela plataforma zoom

- 21/05 - 20h - Live de lançamento do coletivo Sinpro Cultural

- 26/05 - Dia de Mobilização por Vacina no Braço e Comida no Prato

- 27/05 - 18h às 20h - Ato nacional de lançamento da campanha contra a Reforma Administrativa (virtual) - Condsef, Fenasepe, Confetam, CNTE

- 06/07 - Assembleia Geral

